

# Linguística 0800: uma ação de divulgação científica

(Linguistics toll-free telephone call: an action of science popularization)

Ricardo Joseh Lima<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Departamento de Estudos da Linguagem – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

rjlimauerj@gmail.com

**Abstract:** This paper aims to present a proposal of construction of actions of science popularization in the realm of Sociolinguistics. The proposal is based on the principles postulated by Labov (1982 apud CATELLAN, 1996) and Wolfram (1993) concerning the role of the linguist in communicating research findings to society. Criticisms raised by Rajagopalan (2003) to such a task are approached and some solutions are presented in order to deal with the problems that the author points out. To this end, we argue that the merging of three ideas may serve as the foundations for solid actions of science popularization: the concept that Teaching, Research and Extension should be viewed as inseparable; the usage of medias as internet; and the theoretical bases of action-research.

**Keywords:** sociolinguistics; science popularization; action research.

**Resumo:** Este artigo busca apresentar uma proposta de construção de ações de divulgação científica no âmbito da Sociolinguística. A proposta está baseada nos princípios de Labov (1982 apud CATELLAN, 1996) e Wolfram (1993), que versam sobre o papel do linguista em relação à comunicação com a sociedade. Problemas levantados por Rajagopalan (2003) a essa tarefa são abordados e algumas soluções são apresentadas na tentativa de dar conta desses problemas. Ao fim, argumentamos que a união entre o conceito de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a utilização de novos meios de interação com a sociedade, e as bases da pesquisa-ação podem servir de fundamentos para ações de divulgação bem-sucedidas.

**Palavras-chave:** sociolinguística; divulgação científica; pesquisa-ação.

## Introdução

A preocupação de linguistas em criar meios de comunicação com a sociedade a respeito de suas pesquisas e descobertas não é recente. Desde Saussure, pelo menos, podemos traçar um histórico dessa preocupação. O surgimento da Sociolinguística, na década de sessenta do século passado, trouxe novos ingredientes para a questão da comunicação entre linguistas e a sociedade. Afinal, pela primeira vez, havia evidências empíricas robustas para derrubar mitos como o de que alguns dialetos são inferiores a outros.

Alguns esforços foram realizados na tentativa de estabelecer canais de comunicação com a sociedade e é possível ver em Labov (1982<sup>1</sup>) uma proposta de sistematização dessa tarefa do linguista. Wolfram (1993) retoma a proposta de Labov (1982), acrescentando um princípio de ação que possui como características diferenciadoras seu aspecto positivo e proativo. Denominado “Gratuidade Linguística”, esse princípio serviria para

<sup>1</sup> apud CATELLAN, J. O gênero discursivo religioso católico: uma materialização discursiva previsível. 1996. 230 f. (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24416/D%20-D20CATELLAN,%20JOAO%20CARLOS.pdf?sequence=1..> Acesso em: 28 ago.2012.

orientar trabalhos de linguistas que ofereciam retorno de suas pesquisas às comunidades de onde eles obtiveram seus dados.

Rajagopalan (2003) apresenta algumas críticas ao projeto de sociolinguistas de estabelecerem um contato com a sociedade para disseminar suas descobertas e, por conseguinte, contribuir para auxiliar a comunidade em situações de seu interesse. Essas críticas podem ser resumidas no tipo de pesquisa que é feito pela sociolinguística variacionista, no método de abordagem no contato com a comunidade e nas questões éticas envolvidas nesse contato. Embora reconheçamos o valor dessas críticas, é nossa intenção nesse artigo apresentar soluções que evitem os problemas levantados por Rajagopalan (2003), mantendo, desse modo, ainda válidas as propostas enunciadas por Labov (1982) e Wolfram (1993).

As soluções a serem apresentadas têm como base três ideias distintas, mas que, unidas, podem fornecer saídas às críticas de Rajagopalan (2003). O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão pode servir como esteio para refutar a crítica realizada ao tipo de pesquisa feito pela sociolinguística variacionista. A utilização de meios alternativos aos tradicionais livros, artigos e dissertações, tais como vídeos e internet respondem às questões sobre o contato com a comunidade. Por fim, as bases teóricas da pesquisa-ação trazem discussões a respeito da ética na pesquisa com relação a pesquisador e pesquisado que podem contribuir para a solução do problema ético levantado por Rajagopalan (2003).

Ao fim, argumentaremos que estamos de posse de um cenário em que ações de divulgação científica no âmbito da Sociolinguística contariam com bases de diversas fontes para sua realização bem-sucedida. Desse modo, a preocupação com a comunicação entre linguistas e sociedade, anunciada no início dessa introdução, tende a ser diminuída, uma vez que novos caminhos são apresentados para serem postos à prova e para discussões futuras.

Neste artigo, a preocupação lançada por Saussure (1969) e abordada por Labov (1982) e Wolfram (1993) será o foco da próxima seção. A seção seguinte traz as críticas de Rajagopalan (2003) a essa abordagem. Na terceira seção, apresentamos as três propostas de respostas a essas críticas. A seção que encerra este artigo conta com considerações a respeito da comunicação entre linguistas e sociedade e ilustra essas considerações com exemplos concretos de ações de divulgação científica.

## **Fazer Linguística é comunicar-se**

Embora haja divergências quanto ao papel e ao destaque que se deve dar ao trabalho de Saussure e sua relação com a história da Linguística, é inegável que há uma corrente que o considera como fundador de um modo de pensar e fazer Linguística que prima pelo rigor científico de suas bases teóricas e metodológicas e de seus objetivos. Tomando emprestado por alguns momentos esse ponto de vista que valoriza o trabalho de Saussure, que alguns chegam ao ponto de considerar o “pai da Linguística”, podemos, também, por extensão, considerá-lo como o fundador da preocupação de levar os conhecimentos obtidos por essa disciplina à sociedade em geral. Essa preocupação está explícita logo nas primeiras páginas do *Curso*, como se pode perceber na citação abaixo:

Qual é, enfim, a utilidade da Linguística? [...] não há domínio onde tenha germinado ideias tão absurdas, preconceitos, miragens, ficções. Do ponto de vista psicológico, esses erros não são desprezíveis; a tarefa do linguista, porém, é, antes de tudo denunciá-los e dissipá-los tão completamente quanto possível. (SAUSSURE, 1969, p. 14)

Apesar dos seus quase cem anos, essa citação permanece atual, tendo em vista que ainda hoje há um desconhecimento profundo, por parte da sociedade, do trabalho do linguista e dos resultados de suas pesquisas. A “polêmica do livro didático”, estabelecida nos meses de maio e junho de 2011 a respeito de um livro didático que “ensinaria a falar errado”<sup>2</sup> é um dos exemplos mais marcantes desse desconhecimento. Saussure pouco pôde fazer para remediar esse tipo de situação e cumprir a tarefa do linguista que ele próprio estipulou, uma vez que se ocupou em construir o edifício teórico que serviria de base para o Estruturalismo europeu e teve seus trabalhos interrompidos por sua morte.

A preocupação de Saussure com a comunicação com a sociedade veio se refletir em estudos posteriores de vários linguistas, dentre os quais destacamos o de Labov, que formalizou, em trabalho de 1982, dois princípios que deveriam guiar a relação entre o linguista e a sociedade, a saber, o **principle of error correction** e o **principle of debt incurred**. Recorremos a Catellan (1996) para uma tradução não apenas desses princípios como de suas definições. Respectivamente, temos o **princípio da correção do erro** e o **princípio do débito contraído**. Suas definições são, respectivamente (CATELLAN, 1996, p. 172): “Um cientista que se dá conta de que um ideia corrente ou prática social com importantes consequências é invalidada por dados que tem à disposição é obrigado a trazer estes dados para apreciação da maior audiência pública possível” e “Um investigador que obteve dados linguísticos junto aos membros de determinada comunidade de fala tem a obrigação de tornar aqueles dados acessíveis à comunidade, quando ela precisar disso”.

Esses princípios foram formulados dentro de um contexto específico, qual seja, a discussão do caso ocorrido em Ann Arbor, nos anos sessenta, que culminou no julgamento da situação que envolvia a existência ou não de um Inglês Vernacular Negro. Dado que linguistas possuíam a informação a respeito dessa existência, de acordo com Labov (1982), os mesmos deveriam comunicá-la à comunidade, auxiliando-a no processo. Podemos notar que a participação de linguistas no julgamento obedece aos dois princípios enunciados por Labov (1982): há uma ideia incompatível com os dados dos linguistas (a inexistência do Inglês Vernacular Negro), e, portanto, cabe aos linguistas informar a comunidade desse erro; a posse da informação e sua consequente comunicação são úteis à comunidade, que está precisando delas para seu benefício. Labov (1982), por assim dizer, propõe um *modus operandi* da atuação do linguista em relação às comunidades de fala: desmistificar ideias errôneas, comunicando aquilo que foi encontrado em suas pesquisas e contribuir para situações concretas toda vez que a comunidade precisar.

Labov (1982) toma o cuidado de estabelecer três princípios de objetividade para que o envolvimento do linguista com determinada comunidade não seja tomado de modo subjetivo, o que prejudicaria sua argumentação a respeito do valor dos seus dados frente às ideias incorretas que com ele entram em conflito. O grau de controle sobre os dados, o tempo entre a observação e o registro dos dados e semelhança nas fontes de dados são parâmetros científicos, portanto objetivos e neutros, que podem balizar a argumentação

2 Trata-se da obra *Por uma vida melhor*, de Heloisa Ramos, voltado para EJA (Ensino de Jovens e Adultos).

do linguista. Dados obtidos de forma aleatória, sem ter passado pelo crivo do tempo e obtidos a partir de fontes heterogêneas tendem a não ser creditados. Dados com as características inversas levam a uma robustez maior nas conclusões teóricas empreendidas pelo investigador.

Wolfram (1993) retoma os princípios de relação do linguista com a sociedade propostos por Labov (1982) para argumentar que deve ser acrescentado mais um, que ele nomeou como **princípio da gratuidade linguística**: “Investigadores que obtiveram dados linguísticos a partir de membros de uma comunidade deveriam procurar ativamente modos positivos nos quais eles podem retornar favores linguísticos à comunidade” (traduções nossas). De que modo esse novo princípio se relaciona com os anteriores e em que medida os complementa e estende? Seguiremos a argumentação de Wolfram (1993) para sua defesa, que nota, em primeiro lugar, que não se trata de uma relação de exclusão entre os princípios de Labov (1982) e o por ele proposto. Pelo contrário, trata-se de uma relação de complementação, uma vez que a situação à qual se aplica o novo princípio é diferente das expostas por Labov (1982). Podemos diferenciar os princípios de Labov (1982) e o de Wolfram (1993) por um critério de extensão de atuação: enquanto os princípios labovianos seriam de atuação pontual, o princípio de Wolfram seria de atuação contínua. Assim é que no princípio da correção do erro, deve haver a identificação de uma ideia errônea e sua conseqüente alteração; no princípio do débito contraído, o linguista atua de acordo com as necessidades da comunidade. Ora, se um linguista não perceber nenhuma ideia em conflito com seus dados e se não houver nenhuma situação concreta de necessidade da comunidade, os princípios de Labov (1982) não entrariam em ação. O que Wolfram (1993) propõe é que a ação dos linguistas frente à comunidade aconteça de modo contínuo, independente de haver percepção de alguma ideia errônea ou de uma necessidade premente. No caso do princípio da gratuidade linguística, haveria uma intenção do linguista de, independentemente de situações percebidas ou que surgissem, organizar sua relação com a comunidade de modo colaborativo, integrado e contínuo.

O **princípio da gratuidade linguística** é ilustrado no artigo de 1993 com os programas de conscientização sobre língua (“language awareness programs”, no original). Esse tipo de programa torna o contato entre linguistas e comunidade mais frequente e prolongado. Por ser um programa, pode contar com uma estrutura que envolve equipes, objetivos previamente traçados, um cronograma, entre outras características. Dois programas são descritos: um que versa sobre o Inglês Vernacular Negro e outro sobre o dialeto de uma comunidade da Carolina do Norte. Reaser e Adger (2007) relatam outras ações de linguistas que podem ser descritas como atendendo ao princípio da gratuidade linguística, com destaque para o documentário “Do you speak american?”, com sua conseqüente aplicação em escolas de ensino médio e criação de um site para abrigar informações a seu respeito (<http://www.pbs.org/speak>). Charity (2008) relaciona seu trabalho com estudantes universitários, e sua inserção em ambientes escolares de ensino fundamental para observar e intervir em situações que envolvem o Inglês Vernacular Negro, com o princípio proposto por Wolfram (1993). Essas ações de diversos linguistas têm em comum, como exposto acima, a característica de partirem dos próprios linguistas sem esperar uma situação que os motivasse a se comunicar com a comunidade. Além disso, não são ações pontuais, mas constantes, dado o caráter programático de cada uma delas.

Assim como Labov (1982), Wolfram (1993) apresenta as preocupações éticas com esse tipo de atividade. No entanto, não o faz de modo formal, como nos princípios

de objetividade, mas, por outro lado, utiliza situações reais, que aconteceram nos dois programas descritos, para levantar problemas e questionamentos sobre o alcance do trabalho dos linguistas. Incentivar a comunidade a participar demonstrando a importância desse tipo de programa é um desses trabalhos. Isso deve ser feito com limites, pois o linguista não pode exagerar na argumentação sobre seu trabalho sob pena de estar atendendo mais a seus próprios interesses do que os da comunidade. Ouvir a voz da comunidade e assimilá-la em seu trabalho é outro desafio do linguista, uma vez que essa voz pode ser dissonante em relação a suas ideias, provenientes de seus dados.

Apesar dos esforços de Labov (1982), Wolfram (1993) e outros linguistas que seguem essa linha de raciocínio, esse tipo de trabalho, que visa a concretizar o exposto por Saussure, não tem passado incólume a críticas provenientes da própria academia. Rajagopalan (2003), baseado no trabalho de Cameron et al. (1993 apud RAJAGOPALAN, 2003), apresenta algumas críticas que parecem colocar em xeque o *modus operandi* proposto pelos sociolinguistas variacionistas. Na próxima seção, faremos um levantamento dessas críticas.

### **Armadilhas da comunicação...**

Rajagopalan (2003) está interessado em discutir relações entre linguagem e ética, mais especificamente, como linguistas, que lidam diretamente com a linguagem, se posicionam frente a questões éticas envolvidas quando se prestam a colocar seus trabalhos para a comunidade dita não-linguista.

Rajagopalan (2003) se baseia na análise que Cameron et al. (1993 apud RAJAGOPALAN, 2003) fazem do trabalho já citado de Labov (1982), submetendo-o a uma análise crítica que se centra no tipo de pesquisa empreendida por linguistas como Labov (1982), a sociolinguística variacionista. Os autores afirmam que no julgamento Labov (1982) estava defendendo os próprios interesses, já que apresentava uma versão do debate que ia ao encontro dos trabalhos por ele realizados. Com isso, faltava ao sociolinguista um contato mais intenso com a comunidade, que ficou sem voz, uma vez que o linguista a representava. Essa representação seria uma ilusão pois foi decidida pelo linguista e o que ele apresenta não foi discutido pela comunidade. Tal situação é gerada a partir da metodologia de pesquisa variacionista, classificada como “positivista”<sup>3</sup>. Dado que há uma divisão a priori entre pesquisador e pesquisado e somente o primeiro detém o poder na pesquisa, o distanciamento entre sujeito e objeto seria uma consequência natural.

Outra crítica apresentada menciona especificamente o modo pelo qual se deu a abordagem com a comunidade no caso relatado por Labov (1982). Seguindo-se os princípios propostos por esse linguista, foi através da percepção do linguista de que ele poderia ajudar que o contato se deu. Além disso, como observam Cameron *et al.* (apud RAJAGOPALAN, 2003), o linguista não integra a comunidade em questão, é um membro externo. Sendo assim, possui interesses diversos, que podem não ser representativos da comunidade como um todo. Labov (1982) emprestou a sua voz somente a uma parte da comunidade, voz que, uma vez mais se observa, atende a seus interesses. Essa falta de representatividade da comunidade como um coletivo, que debate e decide seus inte-

<sup>3</sup> Tal classificação se refere a uma posição epistemológica que define a separação entre pesquisador e objeto de pesquisa como sendo a base para a produção do conhecimento, o que se opõe a abordagens que consideram que o conhecimento provém das relações entre os envolvidos em uma pesquisa.

resses, não estaria comprometendo o papel da própria comunidade? Podemos pensar em um exercício em que, após o contato do linguista com a comunidade, a mesma rejeite algumas das conclusões de suas pesquisas. Como deveria o linguista agir? Recuaría de sua posição, baseada em descobertas científicas, para dar voz à comunidade, ou silenciaria essa voz, privilegiando aquela que advém de um conhecimento especializado? São questões que são lançadas por Cameron et al. (apud RAJAGOPALAN, 2003) e retomadas por Rajagopalan a cerca desse tipo de comunicação entre linguistas e comunidades. Essas questões levam ao terceiro ponto levantado por Rajagopalan (2003).

O tema da ética é frisado com ênfase na avaliação do trabalho realizado por Labov. O primeiro ponto faz menção ao segundo princípio laboviano, que trata do débito contraído. Seria uma espécie de dever do linguista quitar esse débito com a comunidade, auxiliando-a quando ela precisasse. O que Rajagopalan (2003) questiona é que essa percepção de que há um débito parte do linguista e o leva a uma possível posição assistencialista, de prestador de serviços, pois o mesmo se sente na obrigação de auxiliar a comunidade. Ora, pode-se argumentar que qualquer contribuição que o linguista venha a fornecer para a comunidade deveria ser encarada como natural e espontânea, parte integrante do seu próprio trabalho; do modo que está exposto no segundo princípio de Labov, seria somente através dessa percepção que o linguista acordaria para a necessidade de que seu trabalho seja útil à comunidade. O segundo ponto diz respeito à posição que o linguista assume nesse contato, como sendo portador de um tipo de conhecimento que se diz ser superior ao conhecimento da comunidade. Uma vez que seu trabalho possui bases científicas, é estruturado por pesquisas em um ambiente especializado, o conhecimento adquirido a partir desse cenário tomaria ares de superioridade frente ao conhecimento da comunidade, ao qual se pode referir como senso comum ou leigo ou não-especializado. Rajagopalan (2003) alerta para o perigo de isso levar a uma imposição por parte do linguista do seu conhecimento em detrimento do conhecimento fomentado pela comunidade.

No caso relatado, parece claro para Cameron *et al.* (apud RAJAGOPALAN, 2003) e para Rajagopalan (2003), que essa questão ética não foi observada por Labov. Isso porque o linguista apresentou uma contribuição que defendia seus próprios interesses e podia não refletir os interesses da comunidade como um todo, que não teria sido consultada. Como consequência, o linguista assumiria um papel de detentor do saber, colocando-se em uma posição assimétrica frente à comunidade. Tomado em conjunto, esse cenário colocaria em xeque uma série de questões éticas, tornando problemático, para dizer o mínimo, o tipo de comunicação proposto por Labov. Não é outro se não esse tom crítico que Rajagopalan (2003) adota na análise do que Labov propõe.

As três críticas acima levantadas seriam passíveis de uma réplica consistente, que as respondesse, ponto a ponto? Essas críticas seriam extensivas ao princípio proposto por Wolfram (1993), e em caso positivo, também haveria como abordá-las de modo direto, apresentando alternativas que sejam consideradas como suficientes para sustentá-lo? Esse é o desafio que será abordado na próxima seção.

## **Organizar para comunicar**

Conforme apresentado na Introdução, resumimos as críticas de Rajagopalan em três pontos: o tipo de pesquisa realizado pela sociolinguística variacionista; o modo pelo qual aconteceu o contato com a comunidade; e nas questões éticas envolvidas no trabalho

do linguista. Nesta seção, abordaremos cada crítica em particular, utilizando de argumentos teóricos e analíticos. O procedimento a ser adotado para cada abordagem será o mesmo: iniciamos com a exposição de um conteúdo que, embora não faça menção direta à crítica em questão, acreditamos ser relevante para sua réplica para em seguida realizar uma análise desse conteúdo frente à crítica propriamente dita. O primeiro ponto a ser abordado é a respeito do tipo de pesquisa realizado pela sociolinguística variacionista, classificado como “positivista”.

O isolamento do pesquisador em relação a questões sociais tem sido uma crítica frequente ao modo de se fazer pesquisas na Universidade nos dias de hoje. Apesar de ser uma realidade palpável e inegável, essa situação não está prevista por aquilo que deve reger a vida universitária, a saber, instruções normativas firmadas em documentos oficiais. Sendo assim, recorreremos à Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 207, para estabelecer um primeiro contato com o tema da pesquisa na Universidade: “As universidades [...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” A palavra que fornecerá a chave para a compreensão da resposta à primeira crítica de Rajagopalan (2003), sem dúvida, é “indissociabilidade”. Diversos autores, dentre os quais podemos destacar Dias (2009) e Tauchen (2009), trazem importantes discussões a respeito de como esse princípio da indissociabilidade pode ser obedecido através da prática universitária. Parece ser consensual, primeiramente, que se trata de um desafio extremamente complexo de ser resolvida dada a própria relação entre os níveis e as condições de sua concretização.

Essa complexidade talvez explique porque a pesquisa se tornou isolada dos demais níveis, levando a uma postura de distanciamento em relação ao objeto de pesquisa e de superioridade no conhecimento por ela obtido. Entretanto, tal situação de isolamento é nociva à vida universitária, algo que o artigo 207 externaliza ao enunciar que o princípio da indissociabilidade deve ser obedecido. Está colocado, portanto, o desafio de realizar uma atividade que, ao mesmo tempo, se relacione com duas outras. Como apontado no parágrafo anterior, não apenas isso aumenta a carga de trabalho como exige habilidades múltiplas do docente específicas dos três níveis em questão, ensino, pesquisa e extensão. Não apenas não há formação voltada para o desenvolvimento dessas habilidades como o próprio ambiente universitário se viciou em torná-las independentes causando dificuldades para aqueles que anseiam tornar suas atividades conectadas entre os três níveis.

Apesar desse cenário adverso, os estudos realizados sobre o tema da indissociabilidade também parecem ser unânimes quanto à extrema urgência de que esse princípio seja obedecido o quanto antes no fazer universitário. Assume-se que somente essa integração entre os níveis pode resolver os problemas inerentes a cada um deles. Em outras palavras, por mais paradoxal que possa parecer, os problemas enfrentados pela atividade do pesquisador podem ser resolvidos quando se leva em conta as atividades de ensino e de extensão. Nesse ponto, há propostas específicas como a levantada no Plano Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, 2001), de que a atividade de pesquisa deveria ser levada a cabo pensando em temas da educação básica (e daí o ponto de contato com o ensino), de modo a contribuir para a solução de problemas específicos dessa área (levando a um contato com a extensão). Tal proposta teria como efeito imediato repensar todo o quadro que justifica uma pesquisa e o embasamento para sustentar sua existência.

Nada disso parece acontecer de modo ingênuo e torna-se evidente que o aspecto social está ganhando relevo na consideração do princípio da indissociabilidade e sua concretização. Isso acontece porque se privilegia o nível extensionista como sendo o balizador dos demais níveis: pesquisa e ensino devem ter uma contrapartida social inerente, de tal modo que pensar a separação é que deveria ser estranho e complexo e não a indissociabilidade, como é a prática corrente. Desse modo, a percepção de que a pesquisa deve englobar de forma natural e caracterizadora contribuições para a solução de problemas de ensino em situações concretas pode reverter o quadro desfavorável que é construído pelos críticos da postura epistemológica da sociolinguística variacionista.

O segundo ponto abordado por Rajagopalan (2003), com base em Cameron et al. (1993 RAJAGOPALAN, 2003), a respeito dos princípios propostos por Labov diz respeito ao modo como se deu o contato com a comunidade. De acordo com os críticos da postura laboviana, esse contato se deu numa via de mão única, pois partia do pesquisador para a comunidade, e de modo parcial, uma vez que apenas parte da comunidade foi abordada e consultada, não havendo uma aproximação mais profunda com essa parte e nem uma que tivesse atingido uma parcela maior dessa comunidade. Nesse ponto, passamos a apresentar alternativas que possam ser vistas como capazes de solucionar os problemas levantados nesse parágrafo.

A preocupação levantada por Rajagopalan (2003) é vista em outros contextos em que se estimula o trabalho universitário a construir contratos com a sociedade. O já referido Plano Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, 2001) menciona várias vezes que é imprescindível haver esses contratos. Entretanto, poucas vezes deixa claro como esses contratos devem ser realizados. Em algumas passagens, são citados os movimentos sociais e a sociedade organizada como portadores da voz com a qual os docentes universitários devem dialogar. Ainda que reconheçamos a legalidade dessas instituições, nos questionamos sobre sua representatividade, tendo em vista o baixo grau de interesse das pessoas em participar ou se informar sobre essas instituições, as pressões que são exercidas por interesses alheios aos formadores de uma sociedade (como em associações de moradores, por exemplo) e as ligações muitas vezes evidentes com partidos políticos, o que compromete a isenção desses grupos. A partir daí, imaginar que um pesquisador ou mesmo um grupo pode realizar a tarefa de estabelecer um contato com uma comunidade inteira, ou parte significativa, pode ser apenas um ideal, mas longe de ser concretizado.

Como, então, seria possível resolver esse dilema? Uma proposta razoável parece ser seguir o caminho daqueles instrumentos que conseguem atingir parcelas significativas da população: os meios de comunicação de massa. No Brasil, esses são representados pelos canais abertos de televisão. Seria possível atingi-los? Antes de mais nada, precisamos confirmar se desejamos isso. Pois tal não é a postura de Baronas (2010), que critica revistas de divulgação como a “Língua Portuguesa”, vendida em bancas de jornais e disponível, em parte, na internet. Sua crítica se centra na simplificação da linguagem e das argumentações disponibilizadas. Desse modo, propõe que a divulgação científica de linguística não deveria seguir esse caminho. Tal não é a proposta aqui, onde justamente se argumenta pela massificação da informação, com o que nos apoiamos em Nicoletis (2010), sendo esse o primeiro ponto que ele destaca na necessidade de divulgar a ciência no Brasil. Um exemplo clássico de como informações linguísticas foram parar nas residências de milhões de telespectadores foram os comerciais, veiculados na década



de noventa do século passado, por uma rede de *fast food*, em que se explicava por que as crianças falam “eu sabo”: por analogia com formas regulares (“beber” – “eu bebo”); ainda se completava a explicação a informação, linguisticamente correta, de que a criança aprenderia a forma irregular sem esforço. Note-se que tal comercial está hoje disponível na internet, sendo ainda possível sua circulação e divulgação.<sup>4</sup>

Conscientes das dificuldades de inserção direta em um canal de televisão aberta, podemos sugerir o caminho inverso ao que aconteceu com o comercial acima: inserir o material em um meio de comunicação como a internet para posteriormente tornar possível sua inserção em um meio mais amplo. Tal rota, da internet para a televisão, acontece com frequência, o que pode se notar em programas humorísticos, novelas, etc. Com isso, a internet, por si só, conta com um poder de circulação muito maior do que os números concretos revelam, uma vez que um vídeo pode ser assistido por um número *x* de pessoas, mas comentado por um número mais expressivo ainda. Nossa proposta insiste em apostar nesse caminho, que está sendo muito pouco explorado pelos linguistas. A aposta se confirma uma vez que na polêmica do livro didático, ocorrida nos meses de maio e junho de 2011, parcela da sociedade demonstrou extremo desconhecimento de décadas de trabalho linguístico na universidade. Talvez nossa falta de habilidade ou (e?) interesse em divulgar nossos trabalhos explique esse fato.

Note-se que acima utilizamos a expressão “parcela da sociedade”, embora muitos linguistas que tenham se pronunciado, ainda que de modo informal, tenham utilizado o termo “sociedade”. Escolhemos isso porque muitas das demonstrações de desconhecimento vieram da mídia impressa e de comentários de leitores em fóruns na internet. Como saber se a parcela da sociedade não representada pela mídia impressa e por esses leitores corrobora essa visão de desconhecimento? Ao que parece, é uma resposta difícil (se não impossível) de se obter. Estando, portanto, todos nós no “escuro” frente ao que signifique “estabelecer contato com a comunidade/sociedade”, nossa proposta, ao focalizar a divulgação em massa, pretende atingir o maior número possível de pessoas, numa tentativa de responder a esse desafio do contrato, sem, no entanto, dar a certeza de que se poderá resolvê-lo.

A terceira crítica levantada por Rajagopalan (2003) ressalta as dificuldades éticas do trabalho do linguista quando em contato com a sociedade. Deve esse contato ser intrínseco ao seu trabalho? Em caso positivo, que postura adotar frente a situações como quando há conflito de interesses entre pesquisador e sujeitos envolvidos na pesquisa? Como o pesquisador deve colocar seus interesses em jogo em uma relação que não seja assimétrica? Ao que parece, são questões muito profundas que a abordagem laboviana não teria como dar conta, já que apenas anuncia que contatos devem ser estabelecidos mas não se detém nessas questões. É certo que Labov (1982) apresenta preocupações com a questão ética, dados seus princípios de objetividade acima descritos. Entretanto, trata-se de outro tipo de questão, que, no caso de Labov (1982), focaliza apenas a objetividade do pesquisador, para que ele não caia na armadilha da subjetividade. Ora, esse é apenas um dos pontos levantados por Rajagopalan (2003) e, ainda assim, não parece ser o mais crucial.

As expressões utilizadas por Labov (1982) (“correção do erro” e “débito contrário”) são, para Rajagopalan (2003), reveladoras de uma postura do pesquisador frente

---

<sup>4</sup> Esse comercial está acessível em <<http://www.youtube.com/watch?v=lz5u3i-FJTM>>. Acesso em: 27 ago.2012.

aos sujeitos de sua pesquisa. A ação do pesquisador viria de uma pressão causada por seu trabalho ter sido possível somente com a colaboração de uma comunidade e daí a necessidade de fornecer algum retorno a essa comunidade. Pode-se dizer que essa percepção já revela um afastamento do pesquisador com relação aos sujeitos da pesquisa, posto que ele deve se sentir obrigado a contribuir. Para Rajagopalan (2003), esse sentimento deveria ser inerente ao trabalho do linguista e sua contribuição sendo tão natural e intrínseca a seu trabalho que esse termo “contribuição” deveria perder sua razão de ser, visto que tudo o que deve ser feito pelo linguista deve ser feito com essa intenção, sem precisar ser motivado por alguma pressão. Labov (1982) também não deixa claro como deveria o pesquisador se comportar em caso de conflito entre sua voz e a da comunidade. Rajagopalan (2003) cita o caso da Lei dos estrangeirismos, proposta no final do século passado no Brasil<sup>5</sup>. Enquanto os representantes do povo e parcelas da sociedade apoiavam o projeto que visava a punir a utilização exacerbada de palavras que não fossem de origem portuguesa, os linguistas se posicionavam diametralmente opostos, apontando que o projeto não faria sentido e que não haveria prejuízo algum com esse uso exacerbado. Criou-se, então, uma situação de conflito entre as vozes em jogo, que os linguistas, na época, foram incapazes de solucionar. Na polêmica do livro didático, em 2011, algumas posições de linguistas foram incisivas ao classificar a mídia e muitas manifestações contrárias ao livro em debate como fruto de ignorância, má fé, entre outros termos pouco acadêmicos. O que o uso desses termos revelaria, seguindo a lógica de Rajagopalan (2003), seria uma assimetria entre a voz da academia, superior por ser especializada, e a voz que não é da academia, inferior considerada como senso comum. Os princípios de objetividade levantados por Labov (1982) apenas serviriam para corroborar essa assimetria, pois garantiriam à voz do linguista um peso que a voz da comunidade não teria.

Um tipo de pesquisa que tornasse fluida a relação entre pesquisador e pesquisado, em que propositalmente se emprestasse voz ao sujeito da pesquisa, tornando-o também um pesquisador, participante ativo nos rumos da pesquisa, é proposto pelo que é conhecido como Pesquisa-Ação (TRIPP, 2005). Ao eleger um problema específico, localizado, como alvo de uma pesquisa, a Pesquisa-Ação é capaz de travar um contato mais próximo com o que seria o objeto de sua pesquisa, uma turma de 6º ano do ensino fundamental, por exemplo. Desse modo, a aproximação entre pesquisador e “pesquisado” se torna facilitada, o que leva também a uma maior possibilidade de que o “pesquisado” possa interferir na pesquisa, algo que é desejável de acordo com os princípios da Pesquisa-Ação. Assim, a “contribuição” do pesquisador não se daria de modo externo, mas sim intrínseco a seu trabalho, como aponta Rajagopalan (2003). A transformação de pesquisado em pesquisador pode resolver o problema do conflito entre as vozes, se houver uma interação entre os dois lados a tal ponto que ambos possam ter seu posicionamento respeitado. Como base para isso, está a ideologia de que o pesquisador apenas porta informações a respeito de como conduzir uma pesquisa, quais são os passos a serem percorridos, os problemas a serem enfrentados. Já é pressuposto para ele que ele não domina um conhecimento superior, que vai ser aplicado ou testado em uma situação, mas um conhecimento que vai ser transformado por essa situação, alimentado pelo conhecimento dos outrora pesquisados, agora pesquisadores também.

Que efeitos a adoção de aspectos metodológicos da pesquisa-ação teriam na prática de pesquisa sociolinguística? Podemos citar dois. O primeiro seria uma guinada na

---

5 Trata-se do Projeto de Lei n. 1676/2001, de autoria do então senador Aldo Rebelo (PC do B – SP).

visão a respeito do resultado que se procura obter com a pesquisa. Enquanto uma pesquisa sociolinguística tradicional, por exemplo, pretende responder questões teóricas, tais como “qual variante do /r/ é utilizada em determinada localidade?”, uma pesquisa sociolinguística que incorporasse o conceito de “ação” poderia mudar sua questão básica para “a partir do uso de uma variante do /r/ em determinada localidade, como seus falantes são considerados a partir do ponto de vista da utilização da variante de prestígio?”. A resposta a essa questão contribuiria de modo direto para as relações sociais estabelecidas entre esses falantes e os falantes das variantes de prestígio. Outro feito poderia ser no método de obtenção dos dados de uma comunidade. É uma prática comum na pesquisa sociolinguística tradicional a realização de entrevistas. No entanto, nesse tipo de obtenção de dados, o papel do pesquisador ainda é realçado, distanciando-o do pesquisado, o que abre espaço para possíveis artificialidades na fala do entrevistado. A inserção de modo natural e espontâneo do pesquisador na comunidade poderia reduzir essas artificialidades, tornando-o mais próximo de encontrar dados que reflitam o uso real de determinada variante linguística.

Argumentamos, nesta seção, que a confluência entre a indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão; a utilização de mídias alternativas e as bases da Pesquisa-Ação podem servir de esteio para uma resposta balizada às críticas de Rajagopalan (2003) aos princípios labovianos. Entendemos que o princípio da gratuidade linguística, proposto por Wolfram (1993), por ser complementar aos de Labov (1982), também se encaixa nas críticas levantadas por Rajagopalan (2003) e, por sua vez, também se beneficia das respostas aqui trazidas. Acreditamos que esses três princípios podem ser mantidos e uma vez cobertos pelas propostas apresentadas nesta seção podem produzir trabalhos que venham a encarar de forma concreta os desafios da comunicação entre linguistas e a sociedade. Algumas considerações a esse respeito, acrescentadas de ilustrações desse tipo de trabalho, formam o conteúdo da seção final desse artigo.

## **Comunicar para agir**

Nas seções anteriores, empreendemos algumas discussões sobre o ato de comunicar e sua relação com o trabalho do linguista. Vimos que desde, pelo menos, Saussure, existe uma preocupação explícita em tornar públicos os resultados das pesquisas e estabelecer um canal de comunicação com a sociedade. O trabalho de Labov (1982) apresenta propostas concretas para o estabelecimento desse canal, o que é complementado pela proposta de Wolfram (1993). Rajagopalan (2003) apresentou críticas a essas propostas e na seção anterior, trouxemos elementos que, se não podem talvez refutar essas críticas, se constituem como base para uma resposta concreta a elas.

Acreditamos que os novos olhares que foram trazidos podem trazer benefícios para o ato de comunicar que, por sua vez, como indicado no título da presente seção, deve também ter como consequência uma ação. Em um levantamento bibliográfico realizado, constatamos que os trabalhos de Wolfram (1993) e seu princípio, bem como os de Labov (1982), não são citados em artigos, dissertações, teses, etc. brasileiras. A nosso ver, trata-se de uma lacuna na discussão de como o linguista pode atuar na comunicação de suas pesquisas. O princípio da gratuidade linguística é um passo a mais na formalização dessa comunicação, posto que incita os linguistas a fazerem de sua comunicação algo ativo, positivo e estruturado. Não seriam mais ações pontuais, movidas por um senso de obriga-

ção, mas sim ações contínuas, movidas por um senso de justiça global, dado que torna o ato de comunicar mais amplo apoiando-se no conceito de favores linguísticos, que podem ser úteis à sociedade.

Não poderíamos deixar de finalizar essa discussão sem a apresentação de uma ilustração de como poderia ser uma comunicação com a sociedade que prezasse pelos princípios analisados aliando-se a eles as propostas de solução dos problemas levantados. A elaboração de uma cartilha digital contra o preconceito linguístico,<sup>6</sup> fruto de um projeto de iniciação científica, de um material didático voltado para o ensino de regras da norma padrão baseado nas regras da norma não-padrão, fruto de um projeto de iniciação à docência, e de uma atividade lúdica, em forma de labirinto, a respeito do preconceito linguístico voltado para alunos do 6º ano do ensino fundamental, fruto de um projeto de extensão, pode servir como ilustração da discussão aqui levantada. Estamos conscientes de que se trata de trabalhos em fase inicial de elaboração, ainda sem publicações ou produtos que permitam uma análise crítica mais aprofundada de seus resultados. No entanto, a menção dessas atividades tem como propósito apenas apontar sua existência e revelar que há formas de tornar concretas as propostas de comunicação dos linguistas com a sociedade. Entendemos, portanto, que somente a prática pode levar a uma realimentação da discussão empreendida pelo lado que defende princípios como os de Labov (1982) e Wolfram (1993) e pelo lado que os ataca. Uma vez que estejam disponibilizadas essas situações, será possível construir críticas e alternativas a essas próprias situações, gerando um contínuo de ações, colocando, por fim, em prática, as ideias veiculadas pelos linguistas que se preocupam de modo central da ação de comunicar, cientes que estão de que comunicar também leva a outras ações.

## REFERÊNCIAS

BARONAS, R. Da necessidade premente de se cometer uma política de divulgação científica qualificada dos trabalhos da lingüística do Brasil. *Revista da Anpoll*, v. 29, n. 1, p. 235-258. 2010.

BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária 1999-2001. 2001. Disponível em <<http://www20.fcm.unicamp.br/extensao/arquivos/pne.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 28 ago. 2012.

CATELLAN, J. *O gênero discursivo religioso católico: uma materialização discursiva previsível*. 1996. 230 f. (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24416/D%20D20CATELLAN,%20JOAO%20CARLOS.pdf?sequence=1>>. Acesso em 28/08/12.

CHARITY, A. Linguists as Agents for Social Change. *Language and Linguistics Compass*, 2/5: p. 923-939, 2008.

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.cartilhacontraopreconceitotinguistico.blogspot.com.br>

DIAS, A. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, v. 1, n. 1, p. 37-52, ago. 2009.

LABOV, W. Objectivity and commitment in linguistic science. *Language in Society*, 11, 165-201, 1982.

NICOLELIS, M. *Manifesto da Ciência Tropical: um novo paradigma para o uso democrático da ciência como agente efetivo de transformação social e econômica no Brasil*. 2010. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/nicolelis-lanca-manifesto-da-ciencia-tropical-vai-ditar-a-agenda-mundial-do-seculo-xxi.html>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

RAJAGOPALAN, K. Linguagem e ética: algumas considerações gerais. In: \_\_\_\_\_. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003. Cap. 1, p.15-23.

REASER, J., ADGER, C. Developing language awareness materials for nonlinguists: lessons learned from the *do you speak american?* Curriculum development project. *Language and Linguistics Compass*, 1/3, p. 155-167, 2007.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Cultrix: São Paulo, 1969. 216 f.

TAUCHEN, G. *O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão*. 2009. 147 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

WOLFRAM, W. Ethical considerations in language awareness programs. *Issues in Applied Linguistics*, 4, p. 225-255, 1993.